

A fiscalização de obras 2009:

Perguntas e respostas

Os Números

Total de obras fiscalizadas: 219

Obras com irregularidades graves com recomendação de paralisação: 41

Obras com retenção cautelar de pagamentos: 22

Dotação orçamentária fiscalizada: R\$ 35,4 bilhões

PAC

Total de obras fiscalizadas: 99

Obras com indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação: 13

Obras com retenção cautelar de pagamento: 17

Dotação orçamentária fiscalizada: R\$ 25 bilhões

Comparativo 2008 / 2009

Total de obras fiscalizadas: 153 / 219

Obras com irregularidades graves com recomendação de paralisação: 48 / 41

Obras com recomendação e /ou retenção cautelar de pagamentos: 12 / 22

Dotação orçamentária fiscalizada: R\$ 26 bilhões / R\$ 35,4 bilhões

Obras do PAC com indício de irregularidades graves que recomendam paralisação: 13 / 13

Por que o TCU fiscaliza obras?

Para verificar se os recursos federais destinados a obras públicas estão sendo aplicados em benefício da sociedade e encaminhar informações ao Congresso Nacional para subsidiar a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA). A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) determina que o TCU encaminhe informações sobre as obras fiscalizadas ao Congresso até 30 de setembro.

O que o TCU fiscaliza em uma obra?

Além da execução propriamente dita, o TCU também fiscaliza os respectivos projetos básicos e executivos, as licitações, os contratos, as licenças ambientais e outros aspectos que podem afetar a legalidade do empreendimento.

Quais são as principais irregularidades detectadas pelo TCU?

Sobrepçoço, superfaturamento, licitação irregular, falta de projeto básico e falta de projeto executivo, além de problemas ambientais e alteração indevida de projeto.

Que prejuízos a sociedade pode sofrer se uma obra for executada com irregularidades?

Se for sobrepreço e falta de projeto, como TCU encontra com freqüência, a sociedade poderá pagar por uma obra mais do que ela vale e ainda há o risco de a obra ser feita de forma inadequada e insegura.

O que TCU faz quando encontra irregularidades graves?

O TCU pede informações ao gestor responsável e toma as medidas possíveis para que as correções sejam feitas sem prejudicar o andamento da obra. Uma delas é a retenção de pagamentos ou pedido de garantia em valor correspondente ao provável sobrepreço.

Por que o TCU manda reter pagamentos de serviços previstos em contratos sob suspeita?

O TCU utiliza o instrumento cautelar de retenção de pagamento incidente sobre sobrepreços apurados, ou apenas em percentual desses sobrepreços, para possibilitar o pleno andamento das obras, evitando a paralisação e o comprometimento da execução dos contratos. A lei permite ao Tribunal recomendar a paralisação, mas essa medida é adotada em último caso. Além disso, é importante lembrar que a retenção recai, geralmente, sobre contratos e não sobre empreendimentos, ou seja, normalmente não engloba a execução de todas as partes e serviços da obra.

O TCU pode mandar paralisar obras se constatar ser necessário?

O TCU tem poder cautelar, mas raramente o usa em obras em andamento (é comum em licitações). Normalmente, informa o Congresso, para que este decida (conforme LDO), ou determina que apenas as parcelas que estejam sendo questionadas não sejam pagas acima de certo referencial, de modo a permitir o andamento da obra sem risco de dano ao Erário.

O que é indício de irregularidade grave?

É o fato indicativo de que o empreendimento pode causar prejuízo aos cofres públicos ou a terceiros; nulidade do procedimento licitatório ou do contrato; ou quando se detecta graves desvios aos princípios a que está submetida à administração pública, como o da moralidade.

Quem bloqueia as verbas para obras com indícios de irregularidades graves?

É o Congresso Nacional. Com base nas informações do TCU, os congressistas avaliam a conveniência do bloqueio de recursos orçamentários e inserem na LOA quadro específico que relaciona os empreendimentos que não devem receber recursos federais. Assim, o bloqueio de verbas para obras com indícios de irregularidade grave é determinado pela LOA por intermédio do Anexo de Obras com Irregularidades Graves. Em 2009, a LDO expressa que a decisão de alterar o anexo será tomada com base em decisão da Comissão Mista de Orçamento.

Quando os contratos bloqueados podem ser liberados para receber recursos?

Uma vez adotadas as medidas corretivas determinadas, o TCU informa que o empreendimento não possui mais a irregularidade que determinava a recomendação de paralisação. O Congresso Nacional, por meio de decreto legislativo, pode autorizar a liberação de recursos.

Quanto tempo leva para uma obra ser liberada?

A obra pode ser liberada quando as correções necessárias são feitas. Existem alguns gestores que, em vez de adotar as medidas corretivas de forma tempestiva, procuram protelar a conclusão dos processos por meio de recursos. Além disso, é importante lembrar que o bloqueio recai, geralmente, sobre contratos e não sobre empreendimentos. Por vezes, são constatados novos indícios de irregularidade em outros contratos envolvendo o mesmo empreendimento.